



29 DE JANEIRO 2009
Quinta-feira

- SINDIMETAL: CONTRIBUIÇÃO SINDICAL É INVESTIMENTO
- AUTOPEÇAS ADOTAM A REDUÇÃO DE SALÁRIOS
- DEPOIS DE CRESCEREM 21% , EMPRESAS VÊM 2009 DIFÍCIL
- DESEMPREGO RECUA E FECHA 2008 EM 14,1%
- OIT ESTIMA 50 MILHÕES DE DESEMPREGADOS NO MUNDO
- MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PODE TER O IPI ZERADO
- GOVERNO SUSPENDE LICENÇA PRÉVIA
- NO PARANÁ, EXIGÊNCIA CAUSOU ATRASOS E PREJUÍZOS

Câmbio Em 28/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,297	2,298
Euro	3,040	3,042

SINDIMETAL: CONTRIBUIÇÃO SINDICAL É INVESTIMENTO

29/01/2009 – Jornale – Mirian Gasparin

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal/PR) está apoiando a campanha da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) de incentivo ao pagamento da contribuição sindical anual. O objetivo é difundir o intuito da contribuição, que é destinada para a manutenção dos sindicatos, federações e confederações, entidades encarregadas da representação do segmento industrial nas mais diversas instâncias. As empresas têm até o dia 31 de janeiro para fazer o recolhimento.

Para o presidente do **Sindimetal/PR, Roberto Karam**, os associados devem entender a contribuição como um investimento, bem como uma forma de cobrar ainda mais atitudes eficientes dos representantes. "É a partir destes recursos que podemos defender os interesses dos empresários nas mais diversas áreas", afirma. A guia para o recolhimento da contribuição pode ser obtida gratuitamente no Sindimetal/PR, o qual conta com sua equipe à disposição para atendimento das empresas e/ou seus escritórios de contabilidade.

AUTOPEÇAS ADOTAM A REDUÇÃO DE SALÁRIOS

29/01/2009 – Valor Econômico

As indústrias do setor de autopeças estão adotando a redução da jornada de trabalho com redução de salários como solução para adequar a capacidade produtiva à demanda atual sem efetuar novas demissões. Neste mês, foram anunciados acordos com sete empresas de autopeças, envolvendo 7.606 metalúrgicos e há pelo menos mais quatro acordos próximos de serem concluídos em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que juntos envolvem 6,2 mil metalúrgicos do setor. Esse contingente supera em muito os 3,5 mil trabalhadores de diferentes segmentos, que tiveram os contratos suspensos temporariamente no mês de janeiro.

Rodrigo Paiva/Folha Imagem



Trabalhadores da Valeo aceitaram redução de 15% no salário em troca de 4 meses e meio de estabilidade

O acordo mais recente foi fechado ontem pela Valeo, fabricante de faróis e lanternas para veículos sediada em São Paulo. Em assembléia realizada pela manhã, os trabalhadores aprovaram a proposta de redução em um dia por semana, a partir de fevereiro, com redução do salário em 15%. O acordo, que atingirá os 800 funcionários da fábrica, será válido por 90 dias. Em troca, a empresa comprometeu-se a garantir estabilidade dos empregados por mais 35 dias após o período de redução, somando 4 meses e meio de estabilidade. Procurada, a empresa informou que não tinha porta-voz disponível para detalhar o acordo.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, que mediu o acerto, a negociação começou em novembro, logo após a definição do acordo coletivo de data-base. Desde aquele período, a empresa registra forte queda nas encomendas feitas pelas montadoras e na produção. "A Valeo já tinha dado férias coletivas, cortado hora extra, criado banco de horas. Não havia mais o que fazer. Esse foi o melhor acordo possível", afirmou.

Em São Paulo, 120 empresas de autopeças já solicitaram acordos do tipo ao sindicato. Desse total, 50 estão em fase de negociação. Para facilitar o trabalho, a entidade criou uma equipe de técnicos, economistas e advogados que avaliam o caso de cada empresa. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, a redução da jornada e de salários, prevista na Constituição (artigo 7º, inciso 6), deve de respeitar a lei nº 4.923. A lei prevê limite de 25% para a redução da jornada e do salário e estabelece que o acordo só pode ser feito se a empresa comprovar dificuldade financeira e a proposta for aceita em assembléia pelos funcionários. "A equipe avalia o desempenho

e o caixa da empresa mês a mês, nos últimos 12 meses, depois conversa na fábrica com os empregados e aí começa a negociar", disse Torres.

Outras duas indústrias de São Paulo realizam hoje assembleia para fechar acordos de redução de jornada e salário. Uma é a MWM Motores, que mantém 2 mil funcionários, e a outra é a Sabó, que mantém 3 mil funcionários. As propostas são mantidas em sigilo pelas empresas e pelo sindicato.

No Rio Grande do Sul, a GKN do Brasil aprovou em assembleia, no dia 19, acordo envolvendo 1,5 mil funcionários das fábricas de Porto Alegre e Charqueadas. A nova jornada será feita entre 19 de janeiro e 18 de abril, com redução de 1 dia por semana (14 dias no total), e redução de 14% nos salários. O acordo prevê a devolução de 75% do valor dos salários descontados no período aos funcionários com salários de até R\$ 2,5 mil; para salários entre R\$ 2.501 e R\$ 5 mil, a reposição será de 70% e, para quem ganha acima de R\$ 5 mil, de 65%. A reposição será feita em janeiro de 2010, por meio do plano de participação nos resultados (PPR).

O presidente da GKN do Brasil, Wilson Gomes de Andrade, afirmou que as negociações duraram duas semanas. O sindicato apresentou propostas difíceis de aceitar, como garantir de emprego após o período de redução, redução do salário inferior ao de horas trabalhadas e reposição dos valores no segundo semestre. "Mas a postura positiva e pró-ativa dos dirigentes do Sindicato facilitou a negociação e conseguimos chegar juntos a um acordo equilibrado, que satisfaz a todos", afirmou.

A empresa já havia cortado horas extras e concedido férias coletivas e licença remunerada, afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região, Claudir Antônio Nespolo. "Sem o acordo, a empresa iria demitir 250 pessoas. E foi um bom acordo. Os trabalhadores têm estabilidade até 30 de abril e receberão de volta o valor descontado sem precisar repor os dias", afirmou. O sindicato negocia também acordo com a DHB, que possui 960 funcionários mas já havia demitido 167 pessoas em dezembro, e com a Delphae, que possui 230 funcionários e também demitiu 60 pessoas no fim de 2008. "As duas empresas demitiram para depois negociar. Vamos negociar, mas queremos solução para que os demitidos sejam recontratados."

Jundiaí é o sindicato que até agora fechou o maior número de acordos de redução de jornada e de salários. O maior e o mais recente foi aprovado em assembleia na terça-feira pelos 2,3 mil empregados da ThyssenKrupp de Campo Limpo Paulista. A empresa é a maior do setor na região. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Jundiaí e Região, o acordo prevê a redução de dez dias na jornada, sendo quatro dias em fevereiro, quatro em março e dois em abril, e desconto nos salários de 12,28%, 11,18% e 7,81%, respectivamente. "Gostaria que o pedido de acordo viesse antes das demissões", afirmou o vice-presidente do sindicato, Luis Carlos de Oliveira. Desde outubro, a empresa demitiu 640 funcionários.

Ele lembra, porém, que a empresa já havia concedido férias coletivas de mais de 80 dias e teve seu fluxo de caixa prejudicado pelas exportações - a unidade exporta 60% do que produz. "Para os trabalhadores, o impacto da redução é pequena porque corresponde praticamente aos 11,12% de reajuste salarial que eles teriam a partir de janeiro", disse. Procurada, a empresa não quis se pronunciar. O sindicato também fez acordo com a Neumayer (700 funcionários), Sifco (2.056 mil), Drucklager(150) e Sam Puntensili (100), todos com redução de um dia na semana e redução no salário de até 20%.

DEPOIS DE CRESCEREM 21% , EMPRESAS VÊM 2009 DIFÍCIL

29/01/2009 – Valor Econômico

Depois de encerrar 2008 com um faturamento nominal 21,6% maior do que o apurado no ano anterior, os fabricantes brasileiros de máquinas e equipamentos iniciaram o ano com a previsão de queda de 19% em suas carteiras de pedidos até o fim do primeiro trimestre. Com isso, os cortes de empregos do setor, que de outubro a dezembro totalizaram 7.349 vagas, deverá ser acentuado.

Na visão da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a questão central no momento é a falta de caixa de seus associados. "Temos situações de empresas saudáveis, com carteira de pedidos alta, que correm o risco de fechar pelo fato de não conseguirem crédito para honrar seus compromissos de curto prazo", declarou Carlos Pastoriza, vice-presidente da entidade.



O executivo, quando questionado sobre linhas destinadas ao setor, afirmou que existe a possibilidade delas não terem sido utilizadas integralmente por conta das taxas de juros cobradas. "Em alguns casos estão cobrando 3,5% ao mês, o que é inviável para qualquer indústria do nosso segmento", acrescentou Pastoriza, ao falar dos juros praticados pela Nossa Caixa.

Em dezembro, o governo do Estado de São Paulo, através da Nossa Caixa, disponibilizou uma linha de crédito de R\$ 200 milhões para os fabricantes de máquinas e equipamentos. Pastoriza não soube informar o quanto os associados da Abimaq tomaram emprestado junto ao banco.

Segundo a assessoria da Nossa Caixa, as taxas praticadas pelo banco variam de 1,9% até 4% ao mês, conforme o rating e as garantias oferecidas por cada empresa. E, dependendo do caso, a taxa pode chegar a 1,59% ao mês.

Já em relação ao volume de pedidos, o vice-presidente da Abimaq disse que alguns setores têm puxado o indicador para baixo. Entre os fabricantes de máquinas mais afetados pela crise até o momento estão os que estavam voltados aos setores de açúcar e álcool, automobilístico, linha branca e siderúrgico. Por outro lado, as áreas de petróleo e gás e infra-estrutura têm evitado uma queda maior nos pedidos de máquinas e equipamentos no país.

Até ontem, a entidade não havia compilado o valor da carteira de pedidos em dezembro. Mas quando divulgou os dados do mês anterior, o indicador estava em R\$ 25 bilhões. Na opinião de Pastoriza, com uma redução de 19% na carteira de pedidos,

é inevitável estancar os cortes de funcionários. "A velocidade das vendas foi muito inferior ao crescimento dos estoques", explicou.

O setor encerrou o ano passado com faturamento de R\$ 78,05 bilhões, o que representou um crescimento real de 21,6% sobre o resultado de 2007. O consumo aparente, que soma a importação e desconta a exportação, foi de R\$ 94,3 bilhões, alta de 33,1%. Para este ano, a Abimaq não fez projeção de faturamento.

A entidade acredita que se suas sugestões forem acatadas pelo governo federal, é possível reduzir os impactos no segmento. Entre os principais pleitos estão: desoneração de investimentos produtivos, diferimento parcial (50%) do recolhimento de encargos sociais e trabalhistas durante os próximos seis meses, além dos pedidos ao BNDES, que incluem o alongamento de 12 para 24 meses para os financiamentos contratados por empresas do setor.

DESEMPREGO RECUA E FECHA 2008 EM 14,1%

29/01/2009 – Gazeta do Povo

A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do país recuou em 2008, segundo a pesquisa de emprego e desemprego (PED) divulgada nesta quarta-feira (28) pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em parceria com a fundação Seade.

De acordo com os dados, a taxa média de desemprego, que foi de 15,5% em 2007, ficou em 14,1% em 2008 (-9%). Segundo o Dieese, é a menor taxa média anual desde 1999.

Situação em dezembro

Em dezembro de 2008, a taxa de desemprego no conjunto de seis regiões metropolitanas pesquisadas (Belo Horizonte, São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife e Salvador) caiu para 12,7%, ante 13% em novembro e 14,2% em dezembro de 2007. O contingente de desempregados nas seis regiões no mês foi estimado em 2,545 milhões de pessoas, 248 mil a menos do que em 2007, segundo a pesquisa.

Aumento do emprego em 2008

A redução da taxa de desemprego total reflete a diminuição nas seis capitais pesquisadas. No Distrito Federal, a taxa passou de 17,7% em 2007 para 16,6% em 2008; em Belo Horizonte, de 12,2% para 9,8%; em Porto Alegre, de 12,9% para 11,2%; e em São Paulo, a taxa decresceu de 14,8% para 13,4%. Apenas em Recife, a taxa manteve-se relativamente estável (de 19,7% para 19,6%).

Indústria e construção incentivaram aumento

As causas do aumento do emprego mudam de acordo com a região. No Grande ABC, um dos principais fatores foram as contratações feitas pelas indústrias de metal e mecânica. Na região metropolitana de Belo Horizonte, a indústria também ajudou no saldo positivo.

Em São Paulo, a construção civil merece destaque. De acordo com o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, em dezembro, o comércio também admitiu temporários

como é de costume, mas em número menor do que em 2007. A única região que apresentou saldo negativo em 2008 foi Salvador, na área de comércio.

Em 2008, segundo os dados do Dieese/Seade, foram gerados 804 mil postos de trabalho, número mais que suficiente para absorver conjunto de pessoas que entraram no mercado de trabalho.

Segundo o coordenador de análise do Sead, Alexandre Loloian, houve um aumento nos postos de trabalho com carteira assinada - 609 mil a mais. Autônomos e trabalhadores sem carteira assinada passaram a ser contratados.

Como será 2009

Para os pesquisadores, a partir de janeiro, a pesquisa já deve mostrar uma queda no emprego. Possivelmente, os temporários, principalmente da área do comércio, não serão contratados como ocorreu no ano anterior. A indústria e a construção também podem diminuir o ritmo. "Podemos ter aumento do desemprego ou cancelamento de novos postos de trabalho, mas ainda não podemos confirmar nada", explica Lúcio.

OIT ESTIMA 50 MILHÕES DE DESEMPREGADOS NO MUNDO

29/01/2009 – Gazeta do Povo

A deterioração do cenário econômico a partir de setembro levou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a rever sua projeção para o desemprego mundial. Segundo o relatório Tendências Mundiais de Emprego 2009, divulgado ontem na sede mundial da entidade em Genebra, o atual ritmo de agravamento da crise pode elevar a taxa global de desemprego para 7,1% neste ano, gerando assim mais de 50 milhões de desempregados em todo o planeta.

A projeção de novembro apontava para um índice de desemprego de 6,1%.

Se confirmada a nova projeção, o desemprego deve atingir 1,6% da força de trabalho mundial, atualmente estimada em 3,167 bilhões de pessoas. O contingente de possíveis desempregados equivale a quase toda a população da Itália; ou corresponde à soma das populações da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Em 2007, com uma taxa mundial de crescimento econômico de 5,2%, foram gerados cerca de 45 milhões de empregos em todo o planeta. Isso significa que, quando retomado o ritmo de crescimento da fase anterior à crise, o mundo demorará mais de um ano para anular os efeitos do desemprego.

Com o crescimento aproximado de 5,6% do PIB em 2008, o Brasil gerou 1,45 milhão de empregos. Neste ritmo, o país demoraria 35 anos para recolocar todos estes desempregados no mercado de trabalho.

“Muitos governos estão cientes da situação e estão tomando medidas, mas é necessário empreender ações mais enérgicas e coordenadas para evitar uma recessão social mundial. A redução da pobreza encontra-se em retrocesso e a classe média está sofrendo em todo o mundo. As consequências políticas e de segurança são de proporções gigantescas”, aponta no relatório o diretor geral da OIT, Juan Somavia.

Segundo a assessoria de imprensa do escritório nacional da OIT em Brasília, o estudo foi elaborado e divulgado em Genebra, na Suíça, e o nenhum diretor brasileiro da entidade está habilitado para comentar os resultados.

América Latina e Caribe

A OIT também divulgou o relatório Panorama Laboral sobre o desemprego na América Latina e Caribe. Segundo o estudo, em 2008 o nível de desempregados urbanos na região caiu pelo quinto ano consecutivo, atingindo a marca de 7,5% – menor nível da série histórica desde 1992.

No entanto, o relatório aponta que a crise econômica internacional já interrompeu a trajetória positiva a partir do terceiro trimestre do ano passado. A organização estima que em 2009 o nível de desempregados pode aumentar entre 1,5 milhão e 2,4 milhões de pessoas na região.

“O ano de 2009 será difícil em matéria de emprego. Frente a essa situação somos realistas, mas não alarmistas” comenta o diretor geral Juan Somavia.

Mesmo com a crise, a previsão sobre o crescimento econômico da região continua positiva. Estudo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) acredita que em 2009 o PIB da região deva crescer 1,9% – uma acentuada desaceleração, pela qual o mercado de trabalho não deve passar imune. A OIT estima que, com este índice, a taxa de desemprego urbano na região em 2009 suba pela primeira vez desde 2003, entre 7,9 e 8,3% na média anual.

Se o índice ficar abaixo, o desemprego será ainda maior. E é provável que isso aconteça, segundo o diretor do escritório do Cepal no Brasil, Renato Baumann, que faz questão de informar que a projeção de crescimento do PIB utilizada no documento da OIT é parte de um relatório preliminar, publicado anualmente em dezembro. “O índice deve passar por uma revisão para baixo no próximo relatório a ser divulgado entre julho e agosto. É inevitável [que haja uma reavaliação], a projeção para 2009 foi feita sob outra conjuntura”, argumenta.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PODE TER O IPI ZERADO

29/01/2009 – Gazeta do Povo

O governo estuda a possibilidade de reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos materiais de construção. Hoje, a maior parte deles recolhe 5%. Se a medida atingir todos os itens, a arrecadação tributária vai cair R\$ 1,1 bilhão. Técnicos analisam se há condições de fazer tamanha “bondade”. É possível, dependendo das projeções de receitas deste ano, que a desoneração fique só nos principais produtos. O governo iria anunciar o pacote de habitação nesta quarta-feira, mas as medidas foram adiadas.

Outro corte de impostos em discussão é a redução, de 7% para 6%, da alíquota incidente sobre o patrimônio de afetação das construtoras. Quando constroem um prédio, as incorporadoras separam a contabilidade daquele empreendimento - para evitar um novo caso Encol. Sobre a venda do imóvel, incide uma alíquota única de 7%, que cobre todos os tributos federais. O setor privado vem pleiteando a redução para 6%, para tornar a tributação semelhante à das empresas que calculam seus impostos pelo regime de lucro presumido. Essa medida, se adotada, significaria uma renúncia tributária da ordem de R\$ 150 milhões.

O pacote também vai prever um mecanismo pelo qual mutuários com renda de até cinco salários mínimos que sejam bons pagadores sejam dispensados do pagamento de até 16 prestações. Isso será proporcionado pelo Fundo Garantidor, ainda a ser criado. Esse fundo tem como objetivo reduzir perdas com eventuais "calotes". O objetivo é baratear o custo do financiamento, pois o juro final embute uma taxa de risco. O Fundo Garantidor vai também estimular a participação de bancos privados nos empréstimos para essa faixa de renda.

Com aporte inicial de R\$ 500 milhões do Tesouro Nacional, o Fundo vai permitir que o mutuário suspenda o pagamento de prestações caso haja algum imprevisto financeiro. Ele poderá deixar de quitar três prestações a cada 24 meses, transferindo o pagamento para o final do contrato. A cada período de dois anos que não falhar os pagamentos, o mutuário ganha um bônus, que corresponde ao pagamento de uma prestação. Esse valor, capitalizado, dispensa o bom pagador de até 16 prestações num contrato de 20 anos.

Há, porém, um item que está tirando o sono dos técnicos: a redução do preço do seguro do imóvel. Incorporado ao financiamento, esse seguro cobre as prestações em caso de morte ou invalidez do mutuário e danos permanentes ao imóvel (como desmoronamento ou enchentes). O preço do seguro é considerado "escorchantes" pela área econômica, mas não há consenso sobre como reduzi-lo. Essa foi uma das razões do adiamento sem data do anúncio do pacote habitacional, marcado originalmente para esta quarta.

O pacote vai também elevar o limite do valor dos imóveis enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que é de R\$ 350 mil. O novo limite deverá ser de R\$ 500 mil. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

GOVERNO SUSPENDE LICENÇA PRÉVIA

29/01/2009 – Gazeta do Povo

Presidente Lula classificou medida como "erro fenomenal" e ordenou sua suspensão. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu o caráter protecionista da regra

Por ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Fazenda anunciaram ontem a suspensão da exigência de licenças prévias para a importação de produtos de 24 setores. Em vigor desde a última segunda-feira, a medida foi interpretada dentro do próprio governo e no setor empresarial como uma iniciativa protecionista.

O próprio Lula ponderou que sua adoção foi um erro "fenomenal", por ter emitido um sinal contrário à orientação do governo para o comércio exterior e por afetar suas mais caras mensagens nos foros internacionais – o combate à alternativa protecionista, como saída dos países para a crise econômica mundial, e a retomada da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A decisão final de Lula se deu depois de uma conversa por telefone entre os ministros Miguel Jorge, do MDIC, e Guido Mantega, da Fazenda, na tarde de ontem. Ao tomar para si a iniciativa de anunciar para a imprensa o recuo do governo, no início da noite, Mantega contrariou a argumentação do MDIC de que a medida teria um caráter apenas estatístico e ressaltou que a iniciativa foi adotada por conta da preocupação do

governo com o desempenho da balança comercial. Deixou claro, portanto, o seu viés protecionista.

“A crise internacional gerou uma diminuição das exportações de commodities no Brasil e em outros países. Isso criou uma preocupação com o desempenho da balança comercial”, afirmou Mantega.

Trapalhada

A adoção da exigência de licença automática para produtos acabados dos 24 setores foi uma das mais flagrantes trapalhadas das equipes técnicas do MDIC e da Fazenda na área de comércio exterior. A iniciativa foi tomada em comum acordo entre os dois ministérios. Entretanto, não foram consultados os outros órgãos federais envolvidos nessa área. Em princípio, dado o calibre da medida, essa iniciativa deveria ter sido submetida ao aval da Câmara de Comércio Exterior (Camex). O Itamaraty, o Ministério do Planejamento e o Banco Central reagiram pesadamente.

NO PARANÁ, EXIGÊNCIA CAUSOU ATRASOS E PREJUÍZOS

29/01/2009 – Valor Econômico

A exigência de licenças de importação esteve em vigor por apenas três dias, mas o período foi suficiente para causar prejuízos e atrasos para algumas empresas instaladas no Paraná. Entre as companhias consultadas pela Gazeta do Povo, o caso mais grave é o da Bosch, que, por falta de peças, teve de parar algumas linhas de montagem em sua fábrica da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde produz sistemas de injeção para motores a diesel. A empresa é a 12ª maior importadora do Paraná, com compras de US\$ 169 milhões em 2008.

“Trabalhamos com baixos estoques, e os processos de importação são diários. Por isso, a lentidão na liberação de componentes provocou a paralisação de algumas linhas”, revelou Anselmo Riso, gerente de logística e comércio exterior da Bosch. “Ainda não fizemos as contas, mas certamente tivemos prejuízo. Como muitos produtos ficaram parados nas zonas alfandegárias, pagaremos mais pela armazenagem. Também tivemos que suspender embarques de produtos que viriam para o Brasil, e perdemos reservas em navios e aviões cargueiros.”

Riso lembrou que, embora o objetivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) fosse de evitar déficit na balança comercial, muitas empresas teriam dificuldade em importar insumos usados na fabricação de produtos destinados ao mercado externo – e, com menos exportações, o risco de déficit persistiria. A própria Bosch vendeu quase US\$ 400 milhões ao exterior no ano passado.

Na fabricante de condutores elétricos Condu spar, de São José dos Pinhais, a exigência de licença poderia atrasar a compra de máquinas. “Aumentamos nosso parque fabril de 6 mil para 15 mil metros quadrados. E todo o grupo de máquinas industriais que preencherão esse espaço estava na lista do ministério”, disse Edson Degraf, gerente administrativo da Condu spar, que, em 2008, importou US\$ 49,5 milhões em mercadorias.

Outra reclamação dos importadores é que o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) estava exigindo licença prévia para mercadorias já desembarcadas. “Temos mercadorias de alta tecnologia paradas no Aeroporto Afonso Pena, que já

tinham saído da China quando o governo baixou a regra”, disse Juliana Susin, responsável por compras da Perkons, prestadora de serviços de monitoramento de trânsito, horas antes da suspensão da regra.

Para a proprietária da loja de roupas infantis Peek-a-Boo, Bebel Rispoli Muffone, a atitude do governo acrescentaria um obstáculo à atividade das pequenas importadoras. “O dólar subiu, encarecendo a importação, e os fornecedores nacionais também elevaram seus preços. Por sorte, estamos na ‘entressafra’, e não cheguei a ter mercadorias retidas nos portos.”

Pouco antes da suspensão da nova regra, André Lucas, da área de logística da Ideal Assessoria de Comércio Exterior, previa que o MDIC não daria conta dos pedidos de licença. “Antes, um número reduzido de produtos precisava de licença prévia, e agora a exigência vale para grande parte da pauta. É óbvio que o ministério não tem pessoal para avaliar tudo isso.”

Sem posição

A reportagem também contactou três grandes importadoras do estado que, juntas, compraram do exterior quase US\$ 600 milhões no ano passado. Mas, por meio de suas assessorias, Positivo Informática, Siemens e Furukawa informaram que não tinham posição definida ou porta-voz para comentar o assunto.

Minutos antes de o governo federal voltar atrás em sua medida, que afetaria mais de 40% das importações do estado, a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) informou não ter recebido “manifestação formal de empresas ou sindicatos empresariais sobre as licenças prévias”, mas que faria uma consulta aos sindicatos “questionando as medidas adequadas para o enfrentamento da questão” para, em seguida, tomar uma posição institucional.